

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.585 - PA (2019/0292618-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE ADAMANTINA - SP**
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **EM APURAÇÃO**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO FÉLIX DO XINGU/PA**, suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE ADAMANTINA/SP**, suscitado.

Cingem-se os autos à definição da competência para apurar a prática de crime praticado mediante a subtração de valores de conta corrente da vítima, por meio de transferência sem o consentimento do correntista lesado.

Discute-se se a competência é do Juízo do local onde houve a obtenção da vantagem indevida (onde os valores foram subtraídos) ou do Foro onde ocorreu o prejuízo (local da agência bancária da vítima).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do conflito e pela declaração da competência do juízo suscitado.

É o relatório.

Decido.

Cumpra registrar, inicialmente, que este conflito negativo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

O art. 70 do Código de Processo Penal estabelece:

"Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução."

Na presente hipótese, apura-se a eventual prática de delito praticado a partir de débito / saque fraudulento em conta bancária da vítima Jair Cini.

Em suma, no dia 02/09/2016, ao analisar o extrato de sua conta corrente (nº 0000209-7, Agência nº 00056, Bradesco – **Município do Adamantina/SP**), a vítima constatou a existência de um débito no valor de R\$ 1.455,36 (um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos), referente ao pagamento Eletrônico Tributo Net Empr Lic Elet CMH1256 (doc. 1211256) - licenciamento de veículo. Entretanto, tal operação não foi realizada e nem autorizada pelo titular da conta – vítima -, que não possui qualquer vínculo com o veículo licenciado – CMH1256. Após a realização de diligências, verificou-se que a obtenção da vantagem econômica ocorreu no **Município de São Felix do Xingu/PA** (e-STJ, fls. 11-12).

De início, é necessário esclarecer que a hipótese abstratamente descrita **não** trata de crime de estelionato. Isso porque "a jurisprudência desta Corte tem se orientado no sentido de que a realização de saques indevidos (ou transferências bancárias) na conta corrente da vítima sem o seu consentimento, seja por meio de

Superior Tribunal de Justiça

clonagem de cartão e/ou senha, seja por meio de furto do cartão, seja via internet, configuram o **delito de furto mediante fraude** (art. 155, § 4º, II, do CP)." (CC 149.752/PI, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 01/02/2017).

Nesse sentido, a consumação do crime de furto, como cediço, ocorre no local em que o valor subtraído sai da esfera de disponibilidade da vítima (teoria da amotio).

Transcrevo ementas de acórdãos da Terceira Seção desta Corte Superior que espelham a atual jurisprudência da Casa:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO MEDIANTE FRAUDE. TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA VIA INTERNET SEM O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA. CONSUMAÇÃO NO LOCAL DA AGÊNCIA ONDE O CORRENTISTA POSSUI A CONTA FRAUDADA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. A Terceira Seção desta Corte Superior firmou o entendimento no sentido de que a subtração de valores de conta corrente, mediante transferência fraudulenta, utilizada para ludibriar o sistema informatizado de proteção de valores, mantidos sob guarda bancária, sem consentimento da vítima, configura crime de furto mediante fraude, previsto no art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal - CP.

2. O delito em questão consuma-se no local da agência bancária onde o correntista fraudado possui a conta, nos termos do art. 70 do Código de Processo Penal - CPP; no caso, na Comarca de Barueri/SP.

Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Barueri/SP, o suscitado.

(CC 145.576/MA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/04/2016, DJe 20/04/2016)"

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PENAL. CRIME DE FURTO MEDIANTE FRAUDE. TRANSFERÊNCIA FRAUDULENTA DE VALORES ENTRE CONTAS BANCÁRIAS. LOCAL DA CONSUMAÇÃO.

1. Nos termos do entendimento da Terceira Seção desta Corte, a subtração de valores de conta-corrente, mediante transferência fraudulenta para conta de terceiro, sem consentimento da vítima, configura crime de furto mediante fraude, previsto no art. 155, § 4º, inciso II do Código Penal.

2. É competente o Juízo do lugar da consumação do delito de furto, in casu, o local em que se situa a conta bancária subtraída. 3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 5ª Vara de Santos - SJ/SP, o suscitado. (CC 131.043/MA, Terceira Seção, Rel. Ministro Gurgel de Faria, julgado em 08/10/2014, DJe 14/10/2014, grifei) "

Assim, é competente o Juízo do local da consumação do delito de furto para processar e julgar a infração, qual seja, do lugar em que situa a conta bancária subtraída.

No caso, como visto, o prejuízo da vítima foi na conta bancária localizada na Agência de Adamantina-SP ((Banco Bradesco Agência 00056, Conta – nº

Superior Tribunal de Justiça

0000209-7).

Ante o exposto, **conheço** do conflito para determinar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Adamantina – SP, o suscitado.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

